



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

### ATA N.º 12/2021

----- Ata da reunião ordinária realizada aos dezasseis dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e um.-----

----- Aos dezasseis dias do mês de junho de dois mil e vinte e um reuniu, no Salão Nobre dos Paços do Município, a Câmara Municipal de Manteigas, sob a Presidência do Senhor Presidente da Câmara, Esmeraldo Saraiva Neto Carvalhinho, encontrando-se igualmente presentes os Vereadores, Senhores José Manuel Custódia Biscaia (por sistema de videoconferência), Célia Maria Ramos Morais, José Manuel Saraiva Cardoso e Irene Paixão dos Santos Leitão. -----

----- Sendo cerca das catorze horas e trinta minutos, o Senhor Presidente da Câmara declarou aberta a reunião.-----

----- De conformidade com o art.º 53.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a ordem do dia estabelecida para a presente reunião inclui os seguintes assuntos:-----

- 1. Aprovação da ata nº 11/2021.**
- 2. Intervenção do público.**
- 3. Período Antes da Ordem do Dia.**
- 4. Ordem do Dia.**
  - 4.1. Deliberação sobre a aprovação dos documentos de Prestação de Contas do ano de 2020 e aplicação do Resultado Líquido do Exercício.**
  - 4.2. Aprovação, por declaração, da alteração por adaptação do Plano Diretor Municipal (PDM) de Manteigas, para transposição das normas do Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra da Estrela, e transmissão à Assembleia Municipal e à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC), seguida de publicação em Diário da República.**
  - 4.3. Deliberação sobre a hasta pública para adjudicação do arrendamento de três espaços destinados a garagem, sítos no Bairro do Outeiro, freguesia de Santa Maria, Concelho de Manteigas.**
  - 4.4. Deliberação sobre a comissão referente à hasta pública para adjudicação do arrendamento de três espaços destinados a garagem, sítos no Bairro do Outeiro, freguesia de Santa Maria, Concelho de Manteigas.**
  - 4.5. Deliberação sobre o convite formulado pelo da Câmara Municipal da Covilhã: candidatura da Covilhã a Cidade Criativa na área do Design.**
  - 4.6. Deliberação sobre a alteração e ampliação de habitação unifamiliar – Joaquim Sabugueiro Cruto, Rua Padre Zacarias Lucas Coelho – Sameiro.**



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

**4.7. Deliberação sobre a construção de piscina associada a edificação principal – Armandino André Branco Lopes, Rua Dr. Constantino Freitas – Manteigas (Santa Maria).**

**4.8. Aprovação em minuta das deliberações, nos termos do disposto no nº 3, do artigo 57º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.**

**4.9. Conhecimento do auto de adjudicação definitiva da hasta pública para alienação de cinco veículos, propriedade do Município, existentes nos armazéns municipais.**

**Aprovação da ata n.º 11/2021.** -----

----- Achada conforme, a ata n.º 11/2021 (da reunião do dia 02-06-2021) foi aprovada, por unanimidade, dispensando-se a sua leitura, devido ao facto do respetivo texto ter sido, previamente, distribuído. -----

**Intervenção do Público.** -----

----- Encontravam-se inscritos, para intervir neste ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Carlos Alberto Gaudêncio, representado pela Dra. Ângela Paulo (Solicitadora), a Senhora Maria da Graça Soares Paiva, a Senhora Ana Paula Soares Paiva e o Senhor Dr. Luís José Melo. Por ordem de inscrição o Senhor Presidente concedeu a palavra à Senhora Dra. Ângela Paulo. -----

----- A Senhora Dra. Ângela Paulo, cumprimentou todos os presentes, começou por se apresentar, tendo referido que nesta reunião representa, na qualidade de Solicitadora, o Senhor Carlos Alberto Gaudêncio, residente em Vale de Amoreira. -----

Questionou sobre a legalidade de uma obra particular, sita na Rua do Castro, n.º 6, em Vale de Amoreira, na qual se verifica um muro com dois metros, que condiciona a vida do Senhor Carlos Gaudêncio e de todos aqueles que o visitam. Por outro lado, a propriedade deste município está visivelmente diminuída com a referida obra. -----

Deixou a ressalva que embora tratando-se de uma obra particular, qualquer autorização ou licença, ou dispensa das mesmas, não diminui os poderes de fiscalização da Câmara. Neste seguimento, disse que pretendia saber qual a legalidade da obra; as medidas de fiscalização que foram realizadas por parte da autarquia; bem como o entendimento do Município a nível de enquadramento da obra supracitada no âmbito do RJUE. Em suma, pretendia um esclarecimento técnico fundamentado sobre o assunto explanado. -----

----- O Senhor Presidente tomou a palavra, deu nota que este assunto foi presente para deliberação numa das últimas reuniões do Órgão Executivo, inclusivamente tinha recebido o Senhor Carlos Gaudêncio nas instalações do Município. Explanou que tinha solicitado ao Senhor Engenheiro João Gabriel que fizesse o enquadramento legal da obra supracitada, tendo-lhe concedido a palavra para prestar os devidos esclarecimentos. -----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

----- O Senhor Engenheiro João Gabriel, no uso da palavra, cumprimentou todos os presentes, tendo feito uma resenha histórica do referido processo. -----

Informou que a proprietária do muro em causa, realizou uma intervenção no seu logradouro que foi detetada pelo serviço de Fiscalização do Município. Nesse seguimento foi alvo de um auto de contraordenação, tendo suspenso as obras e, subseqüentemente, deu entrada no Município o processo de legalização de uma série de construções, que já tinha executado no passado, tendo ainda decido executar novas obras. -----

O projeto supracitado foi aprovado pela Câmara, tendo sido concedida uma licença de construção. No decurso da obra licenciada, a proprietária fez uma intervenção no muro de suporte e vedação à sua propriedade, que consistiu no seguinte: o muro, na sua parte superior, tinha uma grade que foi retirada, por sua vez, foi elevado o muro para a mesma altura em que, anteriormente, estava a referida grade. -----

O serviço de Fiscalização do Município detetou essa situação e informou, imediatamente, a proprietária de que esses trabalhos não estavam previstos no projeto e não eram consideradas obras de escassa relevância urbanística, segundo o disposto legal. -----

Explanou que havendo uma licença em curso e tendo em conta que o regime jurídico prevê que possa haver alterações à licença, desde que as mesmas sejam passíveis de licenciamento e comunicadas à Câmara Municipal, nesse contexto, o técnico responsável pela obra intentou um processo de legalização das intervenções que fez no decurso dos trabalhos. -----

Esse processo foi apreciado pelos serviços técnicos do Município, que consideraram que medindo as vantagens e desvantagens em relação à ampliação do muro, e estando perante um facto já quase consumado, entenderam que a alteração era passível de ser legalizada, desde que fossem garantidas condições de visibilidade e de acessibilidade à rampa particular dos seus vizinhos, através de meios alternativos. Nesse sentido, foi colocado um espelho refletor, que garante visibilidade no cruzamento e a todas as pessoas que transitam naquele local. -----

----- A Senhora Dra. Ângela Paulo concluiu que a referida obra não foi licenciada no âmbito de obras de escassa relevância urbanística, não é a edificação de um muro de 1,80m, a Câmara legalizou de uma forma diferente e nunca foi dada uma justificação ao Senhor Carlos Gaudêncio. Aludiu que segundo a explanação do Senhor Engenheiro João Gabriel, os serviços do Município acharam que o benefício de subir o muro era maior, uma vez que constava de um projeto. -----

Salientou que é nitidamente visível que o muro foi alterado e até teria outra disposição, tendo atualmente 2,10m de altura. Disse que gostaria de saber todo o enquadramento legal do processo, sendo que será apresentado um requerimento para consulta do processo. -----

----- O Senhor Presidente anuiu que no caso de ser apresentado o requerimento para consulta do processo, o mesmo será cedido, sendo benéfico que tudo fique devidamente esclarecido. ----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

----- A Senhora Vereadora Irene Paixão dos Santos Leitão solicitou a palavra, recôrdou que o processo avocado veio duas vezes a reunião de Câmara, para ser aprovado o respetivo licenciamento. Declarou que, em ambas as reuniões, votou sempre contra a legalização do licenciamento, visto que o mesmo era condicional à reposição da visibilidade, que era cortada com a construção da obra. -----

Nesta reunião teve conhecimento de que essa condição foi removida, através do espelho refletor. Em suma, a sua posição está expressa na declaração de voto, que foi integralmente vertida na ata da respetiva reunião onde o assunto foi apreciado e votado. -----

----- O Senhor Presidente deu nota que se encontravam presentes os proprietários dos terrenos adjacentes à zona da Várzea, cujo assunto é comum a todos e prende-se com os Passeios do Zêzere. -----

Explanou que o Município procedeu à identificação dos locais onde o projeto incide, ou pelo menos se previa que incidiria; bem como o levantamento cadastral daquilo que pertence a cada um (identificação das áreas, nomes dos proprietários). Por outro lado, o valor não foi fixado concretamente na reunião de Câmara, pois entendeu-se que o preço proposto não estaria dentro dos parâmetros normais para terrenos agrícolas, alguns com maior outros com menor aptidão. Portanto, não se fixou propriamente o preço, apenas foi aprovado o processo cadastral em si, ou seja, onde se irá instalar o eventual projeto, que terrenos é que ocupa e quem são os proprietários. -----

Deixou claro que, quando soube que havia por parte dos proprietários uma reação de contestação e tendo conhecimento que o Senhor Dr. Luís Melo teve alguma intervenção no processo, entrou em contacto com o mesmo, de modo a esclarecer que nada estava definido e se a maior parte dos proprietários não estão de acordo, a Câmara pode rever a localização dos Passeios do Zêzere, sendo que o troço, que está previsto passar em cima do regadio, pode ser encostado mais junto ao rio. -----

Deu nota que já foi solicitado à equipa projetista que deslocasse o projeto para a proximidade do rio, para aquela zona dos terrenos que é menos aproveitada pelos proprietários. Neste âmbito pretende-se, que quando houver uma nova proposta de localização, mais concreta dos passeios, fazer-se uma nova abordagem com os proprietários, com outros valores, que sejam acordados em reunião de Câmara. -----

Sublinhou que, disse ao Senhor Dr. Luís Melo, que a Câmara não tem a intenção de continuar com o projeto, tal como estava inicialmente definido, naquele traçado, se não for de acordo com os proprietários. Recordou que assumiu compromisso de se rever o projeto e é isso que está a ser feito, sendo que quando houver uma nova proposta, a mesma será apresentada aos proprietários. -----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Assegurou que nada será feito contra a vontade dos proprietários dos terrenos, inclusivamente, não está disponível para mover um processo de posse administrativa, em tribunal, para implantar naquele local um projeto. Se os proprietários assim o entenderem, não se avançará. ---  
Explicou que este projeto já foi pensado há alguns anos, atravessou cerca de sete ou oito anos de gestão da Câmara, colhendo o consenso entre as forças políticas do Município, contudo tal não significa que a Câmara o tenha de implementar, se não for de acordo com os proprietários dos terrenos visados. -----

----- O Senhor Dr. Luís Melo, após lhe ter sido concedida a palavra pelo Senho Presidente, cumprimentou todos os presentes. Em nome dos proprietários dos terrenos visados no projeto em causa, disse que os mesmos foram surpreendidos com a receção de cartas, que visavam um entendimento sobre a posse de terrenos para a construção dos passadiços. -----

Declarou que entendem que os passadiços podem ser perfeitamente construídos, contudo há um pormenor que é bastante significativo para todos: é que estamos a falar das poucas terras do concelho de aluvião, terras altamente produtivas, com duas produções anuais, com regadio feito pelos regadores da região. Recordou que há trinta anos o regadio foi refeito com o apoio da comunidade e da Câmara. -----

Neste contexto, consideram que não é lógico que os passadiços atravessassem os terrenos pelo meio, tornando-os praticamente devassos, com a impossibilidade de depois se poder demarcar uma zona que impeça a passagem dos passadiços para o rio. -----

A proposta alternativa que apresentam é que, no caso de o projeto avançar, a construção deve avançar sobre o rio, de modo a que não haja um confronto com os proprietários, nem cause a desvalorização profunda das propriedades. Até porque, o objetivo que está definido para este projeto é o turismo, logo nada tem a ver com a agricultura. Ora o turista não está muito interessado em ver lameiros ou as diversas culturas, provavelmente quererão ver a paisagem do rio. -----

Outro ponto que também terá de ser debatido é que, aquilo que for construído tem de estar limitado para que os terrenos não passem a ser baldios. Como é de conhecimento, se não houver delimitação da área de passagem, automaticamente os terrenos deixam de poder ter culturas que possam ter valor e rapidamente desaparecem. -----

Fez alusão à ata da reunião de Câmara onde os valores foram discutidos, tendo considerado que os mesmos são quase ofensivos, pois trata-se de solos de grande produtividade, os melhores solos do concelho. Sublinhou que não foi por acaso que, na altura, o IFADAP e a Comissão Europeia financiaram um projeto de regadio para aquela zona. Desperdiçar esse investimento não é lógico. -----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Apelou para que a Câmara olhe para os interesses do concelho, sem colocar em causa o desenvolvimento do mesmo, mas também prevenir que as propriedades dos manteiguenses não passem a ser abalroadas por estranhos. -----

----- O Senhor Presidente esclareceu que o projeto que estava pensado, já há alguns anos, ia no sentido de ligar o Parque da Várzea ao Jardim do Pêgo, tinha-se idealizado um percurso normal à beira rio. Esta ideia de ligar os dois locais, foi depois prosseguida em outros mandatos, tentando assim criar novas dinâmicas para a vila. Salientou que as localidades que têm uma linha de água, quanto mais se aproximem dela, mais dinâmicas criam não só para o turismo, mas também para os naturais do concelho. -----

Clarificou que ninguém pretende adulterar a propriedade privada, ou prejudicar os munícipes. Quando um eleito se propõe a desenvolver a atividade enquanto autarca, é para criar mais condições de crescimento económico, estabilização social para os munícipes, sejam eles proprietários ou não. -----

Informou que a proposta que o Senhor Dr. Luís Melo referiu, já está em curso e a perspetiva de traçado já foi, inclusivamente, enviada para a equipa técnica. Caso a proposta venha ao encontro da disponibilidade dos proprietários e dos interesses do concelho, será executada, caso contrário declarou que não entrará em nenhum braço-de-ferro com ninguém. -----

Concordou com o Senhor Dr. Luís Melo no sentido de que o trajeto tem de ser limitado para não haver a devassa dos terrenos. -----

No que concerne aos valores propostos pela Câmara, que foram considerados ofensivos pelos proprietários, explicou que quando se trata de um projeto público, tem de se definir um valor médio de pagamento, que não pode ser para uns a dez e para outros a vinte, tem de ser igual para todos. Caso o processo chegue a essa fase de definição de valores, os mesmos terão de ser acordados entre as partes. É claro que há sempre arbitragens possíveis através de técnicos credenciados para o efeito. -----

Reiterou que nada se fará sem o acordo dos proprietários, portanto, assim que tenha algo concreto, o traçado definido, bem como aquilo se pretende fazer em termos de instalação de equipamento no local, bem como a respetiva delimitação, fará chegar a proposta a todos os interessados através da pessoa do Senhor Dr. Luís Melo. -----

----- A Senhora Maria da Graça Paiva, encontrando-se inscrita para intervir, tomou a palavra, disse que do seu ponto de vista não há necessidade de se fazer um passadiço para se ver a paisagem, pois quem deseja ver o rio e a paisagem pode fazê-lo ao transitar pela estrada das regadas, ou pela outra estrada. O dinheiro pode ser empregue em outros projetos mais viáveis.

----- O Senhor João Caramelo, solicitou a palavra, deixou uma chamada de atenção para a descarga de pedras que está a ser feita junto ao rio Zêzere, na Estrada do Zorrão, que está a



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

colocar em perigo a estrada municipal. Sublinhou que já se verifica uma cavidade na encosta de dois metros para o lado da estrada. -----

----- O Senhor Presidente fez uso da palavra, referiu que antes do início desta reunião, foi-lhe dado conhecimento de uma descarga de pedras e terras, que foi feita na parte de baixo da Estrada do Zorrão e que estarão a colocar em causa a levada, na parte do vale. Foi-lhe dito que essa deposição de terras é temporária, pois será aproveitada para os muros. Solicitou que o Senhor Engenheiro João Gabriel prestasse mais esclarecimentos sobre esta matéria. -----

----- O Senhor Engenheiro João Gabriel, no uso da palavra, esclareceu que se trata de um negócio particular, entre o empreiteiro e o proprietário do terreno, tendo o primeiro solicitado ao particular se podia temporariamente depositar essas terras no seu terreno. -----

----- Os proprietários dos terrenos em causa informaram que as pedras já deslizaram para o domínio hídrico. -----

----- O Senhor Presidente solicitou ao Senhor Engenheiro João Gabriel que dê instruções ao serviço de Fiscalização, no sentido de se averiguar o que se está a passar, sendo que quem tiver responsabilidades nessa matéria deve ser responsabilizado. Assegurou que ele próprio se deslocará ao local para ver o que se está a passar. -----

### **Período Antes da Ordem do Dia.**-----

----- A Senhora Vereadora Célia Maria Ramos Morais tomou a palavra, apresentou um requerimento, que leu e que em seguida se transcreve:

*“No do dia 02 de junho de 2021, foi dado a conhecer os procedimentos pré contratuais – Aquisição de serviços, à Cooperativa Jornalística de Manteigas. Tendo sido interpelado, por mim, Célia Morais, onde coloquei algumas questões, o Senhor Presidente recusou-se a prestar esclarecimentos, pedindo para o fazer por escrito.*

*Tendo em conta que:*

- *O Presidente da Cooperativa Jornalística de Manteigas, António Miguel Carvalho, é o Chefe de Gabinete do Presidente Municipal da Câmara de Manteigas, Esmeraldo Carvalhinho e Presidente da Concelhia do Partido Socialista de Manteigas;*
- *Em 15 de Março de 2018, o técnico João Miguel Albino Carvalhinho do Gabinete de Apoio ao Investimento, elabora informação, que submete à Consideração Superior com parecer positivo à candidatura apresentada pela Cooperativa Jornalística de Manteigas, ao Regulamento de incentivo à Criação de Emprego em Manteigas – Manteigas Pró-Emprego”, ver Relatório Interno 905, para a criação de 1 posto de trabalho com contrato indeterminado e a tempo inteiro, a ser ocupado por Inês Filipa Quaresma;*
- *No âmbito do Pró-emprego de 2020 a Cooperativa Jornalística recebeu um subsídio no valor de 2.012,50 euros;*
- *Em 07 de Novembro de 2018, O Presidente da Câmara Esmeraldo Carvalhinho, difere a informação assina o ofício a comunicar e assina a ordem de pagamento no valor de 2.012,50 euros, referente á primeira tranche;*
- *Em dezembro de 2020 o Noticias de Manteigas apenas foi vendido na papelaria e não foi enviado para os assinantes do Continente e Estrangeiro;*



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

- Em janeiro de 2021 a edição, vendida na papelaria foi enviada para os assinantes do Continente e Estrangeiro;
- Em janeiro de 2021 saiu a mesma edição de dezembro de 2020;
- O Notícias de Manteigas não voltou a ser editado e distribuído desde fevereiro de 2021;
- Verificando o Relatório n. 7183 de 23 de outubro de 2020, onde se lê: **“não despacho esta fatura porque na minha opinião, acho um exagero estar a financiar um jornal que tem um passivo de 12.097,96 euros”**

### **“Autora do Despacho**

**Célia Morais**

**Vice-Presidente”**

- Em 26 de Março de 2021, foi elaborada uma informação pelo Técnico, António Miguel Neves Serra, para um Ajuste Direto Simplificado – Aquisição de Serviços, Cooperativa Jornalística de Manteigas, CRL, propondo-se a adjudicação de 1 página mensal de publicidade (**abril a dezembro de 2021**) Valor 350,00€ + IVA23%, cujo total é de 3.874,50 euros;
- Em 29 de Março de 2021 Presidente da Câmara, Esmeraldo Carvalhinho, deferiu o procedimento;
- A Chefe de Divisão da Administração Geral, informa: **“É possível a aquisição pelo objeto”;**

Pergunto qual é a legitimidade do Senhor Presidente da Câmara Municipal, deferir um Ajuste Direto à Cooperativa Jornalística de Manteigas, CRL, quando a mesma se encontra encerrada.

Solicito ainda informação sobre o subsídio recebido no âmbito do Pró-emprego, tendo em conta que a Cooperativa está fechada e tendo em conta que a jornalista foi dispensada.

Assim, perante tais factos solicito que esta explanação seja submetida ao Ministério Público, para pronuncia sobre legitimidade de todo o processo.”

(Fim de citação) -----

Fez alusão que no dia 17 de março de 2021, apresentou um requerimento à Câmara, que visava o pedido de realização de uma auditoria ao procedimento administrativo de apreciação da empreitada mobiliário urbano, instalado na Serra da Estrela. Questionou qual é o ponto da situação, tendo ainda pedido que lhe fosse cedida a documentação que foi enviada a solicitar essa auditoria . -----

Disse que pretendia saber quais foram as propostas apresentadas no âmbito do Orçamento Participativo 2021 e qual o seguimento das mesmas. -----

Interpelou se, no corrente mês, o Município lhe vai pagar os seis dias de férias não gozados em 2020 e os cinco dias que tinha direito a gozar de 2021 e que ainda estão por pagar. -----

Deu nota que, no dia 11 de junho de 2021, a Senhora Dra. Gabriela remeteu-lhe um e-mail onde se pode ler: *“Relativamente à questão formulada por V/ Exa. em que é questionada a fundamentação do ajuste direto, considerando que o valor é superior a vinte mil euros (20.000,00€) encarregou-me o Senhor Presidente de comunicar que a referida fundamentação se encontra explicada nas informações n.º 594 e 882, já entregues a V/ Exa..”* -----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Após ter lido o conteúdo da referida informação, constatou que aquilo que consta da mesma não é o que está explanado na *base.gov*, onde estão inseridos e publicados os contratos. Declarou que continua a não perceber a fundamentação, por isso agradecia que lhe fosse explicada esta matéria. -----

Mais, pretendia ainda ter conhecimento, relativamente à Cooperativa Jornalística, se já foi acionada a garantia bancária; se o Brico-solidário está a funcionar e se o mesmo é, também, alargado aos cafés e bares. -----

----- A Senhora Vereadora Irene Paixão dos Santos Leitão fez uso da palavra, na sequência da intervenção da Senhora Vereadora Célia Morais, declarou o que em seguida se passa a citar:

*“Na reunião do Órgão Executivo de 05/05/2021, pedi à Sr.ª Vereadora Célia Morais, que se abstivesse de enviar para o meu correio eletrónico, os desabaços, pedidos e requerimentos, que dirige ao Sr. Presidente da Câmara.*

*Desconsiderou a Senhora Vereadora o meu pedido, e continuo a receber, as suas considerações sobre nada e os pedidos de informação e requerimentos que dirige ao Presidente da Câmara, pedidos anacrónicos, uma vez que respeitam a matérias, nas quais a própria participou enquanto Vice-Presidente, com competências delegadas nas matérias que questiona, delegação publicitada por Edital de 23 de Novembro de 2017.*

*É caso para perguntar:*

*Onde este a Sra. Vereadora Célia Morais desde 23 de Novembro de 2017 até 12 de Março de 2021, data em que viu revogada a delegação de poderes a seu favor?*

*Em menos de 3 meses esqueceu toda a sua actuação? Esqueceu que participou na execução das decisões, que foi co autora das mesmas?*

*Define o dicionário esse comportamento como cumplicidade.*

*A vereadora  
Irene Leitão*

*Manteigas, 16 de Junho de 2021”*

Apresentou, ainda, um requerimento ao Senhor Presidente, que em seguida se reproduz:

*No âmbito do procedimento para a elaboração do Plano de Pormenor das Penhas Douradas, e no decurso do período de discussão pública do referido Plano, foram por mim recepcionadas, ao abrigo do art.º 88 do DL 80/2015, sugestões e informações, por duas associações sediadas no concelho de Manteigas, a “Associação Cultural Amigos da Serra da Estrela e a Associação dos Amigos das Penhas Douradas”, que pretendem ver consideradas na elaboração e aprovação do dito Plano.*

*Solicito pois a V. Exa., que se digne mandar incluir na próxima reunião do executivo, a análise das mesmas, nos termos do art.º 53 da Lei 75/2013.*

*Junto as propostas recebidas*

*A vereadora Irene Leitão  
Manteigas 16/06/2021”*

(Fim de citação) -----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

----- A Senhora Vereadora Célia Maria Ramos Morais sublinhou que o *e-mail* para o qual remete a correspondência avocada, não é da Senhora Vereadora Irene Leitão, mas do Município de Manteigas, como tal continuará a enviar esses *e-mails*. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso, no uso da palavra, recordou que ainda não lhe foi prestada a informação solicitada, através dos requerimentos apresentados em anteriores reuniões de Câmara. A título de exemplo, referiu o requerimento apresentado em 02 de dezembro de 2020, sobre a produção da mini-hídrica. Aludiu que o Senhor Presidente em todas as reuniões, conforme consta nas atas, demonstra disponibilidade e encarrega os serviços para prestarem essa informação, contudo, posteriormente nada lhe é enviado. -----

Avocou que, certamente, já haverá resposta à providência cautelar do Ski Parque, nesse sentido agradecia que fosse facultada cópia dessa resposta, a menos que o segredo de justiça impere nesta situação. -----

No que concerne à caução da empresa *Condição do Tempo*, indicou que continua sem informação, tal como também não lhe foi facultada a informação sobre a faturação das rendas do Ski Parque nos anos de 2018, 2019 e 2020. -----

----- O Senhor Presidente tomou a palavra para prestar os esclarecimentos solicitados, no que concerne ao pedido de elementos, deixou claro que não manda parar o serviço da autarquia só para dar respostas imediatas a requerimentos que são completamente anacrónicos, e que em nada têm a ver com as posições anteriormente tomadas. Pedidos anacrónicos não terão resposta imediata, pois o Município não tem capacidade nem técnica, nem humana para responder a tantos requerimentos. -----

Face ao exposto, declarou que a Senhora Vereadora Célia Morais pode continuar a encher a caixa de *e-mails* da Câmara, com pedidos para os técnicos e para o Presidente da Câmara, mas somente terá respostas quando for possível, pois pede fotocópias de tudo, sem qualquer contexto e integração das matérias que pretende ter. Por outro lado, é-lhe dada a oportunidade de consultar documentos no edifício do Município e não os consulta. -----

----- A Senhora Vereadora Célia Maria Ramos Morais fez uso da palavra, esclareceu que tal não é verdade, sendo que se dirigiu aos Paços do Município para consultar o processo, pois tinha combinado com o Senhor Engenheiro João Gabriel que consultaria o mesmo no gabinete do Apoio Administrativo, contudo o Senhor Martiniano não tinha conhecimento de nada. -----

Explanou que como não pretendia deixar nenhum trabalhador numa situação desagradável, na altura, solicitou que os serviços resolvessem a situação, sendo que voltaria em outro dia para consultar o processo. -----

----- O Senhor Engenheiro João Gabriel, após lhe ter sido concedida a palavra pelo Senhor Presidente, referiu que a Senhora Vereadora Célia Morais pediu para consultar o processo do



*[Handwritten signature in blue ink]*  
*[Handwritten mark in blue ink]*

## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Ski Parque. Atendendo que a maior parte dos processos relativos ao Ski Parque estão no gabinete do Senhor Engenheiro João Carvalhinho, o mesmo estava avisado para disponibilizar os respetivos documentos. -----

Deu nota que quando a Senhora Vereadora Célia Morais esteve presente na Câmara, o próprio foi chamado para uma reunião com a Senhora Diretora do ICNF, não tendo acompanhado as diligências da consulta supracitada. -----

Após o término da reunião, foi-lhe dito que a Senhora Vereadora Célia Morais já tinha ido embora, visto que um dos processos estava no Arquivo Municipal e necessitava de ser requisitado a esse serviço. Explanou que a trabalhadora do Arquivo Municipal exigiu que fosse realizada a requisição do processo, devidamente assinada por quem o estava a requerer. Neste contexto, nenhum dos trabalhadores assumiu a responsabilidade de requisitar o processo, pois não era para consulta dos próprios. Foi quando a Senhora Vereadora Célia Morais terá dito o que se passa a citar: *“resolvam esse problema que eu voltarei outro dia para consultar o processo.”* -----

----- O Senhor Presidente tomou novamente a palavra, no que concerne à auditoria ao processo do mobiliário urbano, considerou que a melhor auditoria que pode ser feita, é a que está a ser realizada pela Polícia Judiciária. Deu nota que à semelhança de outras pessoas, também já foi ouvido por essa entidade, como testemunha no processo, tendo tido, na altura, a oportunidade de dizer que se encarou a possibilidade de se fazer uma auditoria, mas atendendo que a Polícia Judiciária está a investigar, certamente que chegará ao cerne da questão. -----

Em relação ao Orçamento Participativo, informou que o processo está em curso, quando estiver concluído será submetido ao Órgão Executivo para conhecimento. -----

No que diz respeito a uma informação que a Senhora Vereadora Célia Morais pediu e que tem a ver com o processo de adjudicação de uma prestação de serviços à *SP Eventos*, declarou que a referida informação tem todos os indicadores do desenvolvimento do processo e foi distribuída a todos os Senhores Vereadores. -----

Deu conhecimento, que na presente semana foi aberto o Brico-solidário, tendo tido uma reunião com a técnica do Gabinete Social, no sentido de serem contactados os restantes serviços para se desenvolver essa iniciativa. Explicou que, até então não era possível entrar na casa dos munícipes devido às restrições impostas pelo COVID-19, uma vez que já estamos numa de desconfinamento, em que já é possível entrar-se nas casas dos munícipes, irá dar-se início ao processo. -----

Referiu que *Os Amigos das Penhas Douradas* e a *ASE* também enviaram para o Município os documentos avocados pela Senhora Vereadora Irene Leitão, sendo que também visualizou nas



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

redes sociais algumas explanações destas associações. Sublinhou que estas entidades, no âmbito da discussão pública, têm de fazer chegar essas sugestões ao processo. -----

O processo de auscultação pública está aberto, as instituições devem-se constituir interessadas, em seguida as sugestões são dirigidas para a equipa técnica, que as analisará e depois virão à apreciação do Órgão Executivo. -----

----- A Senhora Vereadora Irene Paixão dos Santos Leitão, fez uso da palavra, considerou que não seria despiciente, antes do assunto vir à apreciação da Câmara, fazer-se uma análise do proposto por essas entidades e cada um dos membros do Executivo poder formular a sua opinião, sobre tais sugestões, podendo fazê-las verter ou não para o documento final. -----

Uma vez que, apresentou o requerimento (já vertido na presente ata) solicitou que o Senhor Presidente faça incluir este assunto na ordem de trabalhos da próxima reunião e depois, nesse momento o Senhor Presidente dará as explicações que tiver por convenientes. -----

----- O Senhor Presidente, no uso da palavra, informou que em relação ao pedido de informação sobre mini-hídrica, requerido pelo Senhor Vereador José Cardoso, já tinha dado instruções à Senhora Dra. Gabriela Cravinho para que fizesse chegar essa solicitação ao serviço competente. -----

Em relação à providência cautelar, disse desconhecer a resposta à mesma, pois está em segredo de justiça. Considerou não ser muito ético, o Senhor Vereador José Cardoso, estando arrolado como testemunha (da outra parte) no processo contra a Câmara, pedir tal informação. Face ao exposto, referiu que ainda que tivesse a resposta à providência cautelar, não a entregaria ao Senhor Vereador. -----

No que concerne ao pedido de pagamento de dias de férias, avocado pela Senhora Vereadora Célia Morais, disse que a mesma aponta para um contrato de trabalho do qual o Município desconhece. -----

----- A Senhora Vereadora Célia Maria Ramos Morais fez uso da palavra, esclareceu que o pagamento de férias não gozadas nada tem a ver com o contrato, simplesmente trata-se de dias de férias que não foram gozados e como tal devem ser pagos. -----

No que diz respeito ao Brico-solidário disse que pretende esclarecimentos sobre o motivo de ter sido o Município a executar as obras de manutenção/conservação (paredes e escadas) do bar do jardim da vila, quando o respetivo contrato refere que a conservação e manutenção são da responsabilidade do concessionário. -----

----- O Senhor Presidente clarificou que aquilo que a Senhora Vereadora classifica de manutenção tem a ver com obras estruturais e com humidade provocada por infiltrações das águas pluviais. -----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

----- O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso solicitou a palavra, clarificou que desconhece o facto de ter sido arrolado como testemunha no processo do Ski Parque. No seu entendimento não é correto nem legal, ficar inibido de exercer as suas competências, enquanto Vereador do Executivo, porque supostamente o indicaram como testemunha de um processo sem o seu consentimento. Declarou que se o processo está em segredo de justiça para si, também deve estar para o Senhor Presidente. -----

Por último, deu nota, que no domingo remeteu um *e-mail* para o Município, com conhecimento ao Senhor Presidente, onde solicita os mapas das dívidas da Câmara e à Câmara. Aludiu que o Senhor Presidente respondeu-lhe ainda nesse dia, referindo que ia providenciar a satisfação do solicitado, o certo é que até ao momento ainda não tinha recebido essa informação. -----

----- O Senhor Presidente explicou que direccionou o *e-mail* para a Senhora Chefe de Divisão, que subsequentemente o reencaminhou para o Senhor Dr. Pedro Patrício. A resposta, deste último, será depois enviada para o Senhor Vereador José Cardoso. -----

Declarou que desconhece o conteúdo da contestação da providência cautelar, visto que a mesma está em segredo de justiça. Apenas teve conhecimento que o Senhor Vereador José Cardoso é testemunha da outra parte. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia fez uso da palavra, considerou que se há uma providência cautelar contra a Câmara, quem responde é o Presidente da Câmara e não o Órgão Executivo. O órgão colegial tem direito a saber qual é o teor da providência e a resposta que foi dada, pois o lesado tem direito a saber e nessa matéria não há segredo de justiça. -----

Neste seguimento, disse ainda que está em desacordo com a explanação do Senhor Presidente, relativamente à prestação de informações aos membros do Executivo. A Câmara Municipal é um órgão colegial, em que todos os seus elementos têm direito a saber toda a informação que pretendam, no sentido de vigiar o cumprimento daquilo que é determinado em Órgão Executivo.

Referiu que o Senhor Presidente respeita aquilo que a maioria da Câmara lhe propõe ou lhe solicita e prevalece sobre a sua vontade de fornecer ou não elementos. -----

No que concerne aos requerimentos, a lei estabelece um determinado prazo de resposta, seja esse requerimento formulado por um munícipe ou por um Vereador. Deixou claro que se os Vereadores são gestores e corresponsáveis em termos de órgão colegial, logo têm o direito a aceder a tudo aquilo que entendam ser necessário, para participar nesse órgão. -----

Referiu, ainda, que o disposto legal define que deve ser indicado alguém para secretariar os Vereadores, mesmo que não tenham pelouros atribuídos. Portanto, basta que esteja indicada essa pessoa, a quem se solicite o processo, para que a mesma dê resposta, não sendo necessário mobilizar todos os serviços do Município. -----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Sublinhou que os requerimentos são todos legítimos, até podem ser extemporâneos e terem alguma subjetividade, mas quem está a colaborar na gestão da Câmara e a vigiar como a mesma é feita, tem direito a toda a informação e em tempo útil. O Vereador tem direito a pedir o processo, a consultá-lo através do elemento que o Presidente indicar. -----

----- O Senhor Presidente concordou com o Senhor Vereador José Biscaia, ainda assim, referiu que, como se deve entender, os pedidos completamente descabidos não devem atropelar, nem atafulhar, o funcionamento da Câmara. Pedidos que tenham a ver com esclarecimentos no âmbito de propostas que os Vereadores possam vir a fazer, terão resposta no período mínimo necessário. É preciso localizar-se o pensamento, identificar-se de onde ele vem e a própria postura da pessoa. -----

----- A Senhora Vereadora Irene Paixão dos Santos Leitão deu uma achega ao processo referindo, avocando que, no seu entendimento, os processos no âmbito do direito civil não estão abrangidos pelo segredo de justiça, pois este prende-se com a personalidade física da pessoa. --

### ----- Ordem do Dia. -----

#### **Deliberação sobre a aprovação dos documentos de Prestação de Contas do ano de 2020 e aplicação do Resultado Líquido do Exercício. -----**

----- De conformidade com o disposto na alínea j) do nº 1, do art.º 35º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, foram pelo Senhor Presidente Esmeraldo Saraiva Neto Carvalhinho, apresentados à Câmara Municipal os documentos relativos à Prestação de Contas do ano 2020, em conjugação com o disposto no artigo 2º, da Lei nº 13-B/2021, de 5 de abril e com a Resolução nº 7/2018, da 2ª Secção do Tribunal de Contas, inserta na 2ª série do Diário da República nº 6, de 9 de janeiro de 2019. -----

----- O Senhor Presidente reportou a sua explanação, para a introdução dos documentos em apreço e que em seguida se reproduz:

*“O ano de 2020 decorreu de forma totalmente atípica devido à Pandemia COVID 19 que limitou desde o mês de Março a atividade da Câmara assim como a atividade global do País. Ainda assim não cruzamos os braços. No combate à pandemia, agimos cedo, não ficámos à espera do exemplo dos outros... tomámos a iniciativa de logo no início do mês de Abril, testar os grupos mais expostos, contribuindo assim para a deteção precoce de linhas de contágio o que por sua vez permitiu a intervenção atempada dos serviços de saúde na definição de quarentenas, isolamentos profiláticos e processos de contenção de contaminação.*

*A Câmara tomou em seguida um conjunto de medidas de prevenção e mitigação dos efeitos nefastos que se adivinhavam. São exemplo dessas medidas a implementação do Plano Municipal Operacional; os diversos planos de contingência elaborados para as várias instalações municipais; a implementação do regime de teletrabalho; a criação de estruturas de apoio na*



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

*compra e fornecimento de bens essenciais a quem os requeria, a sensibilização contínua à comunidade para cumprimento das regras; a distribuição de equipamentos de proteção aos estabelecimentos que se mantiveram abertos. A importante decisão do executivo de redução da fatura da água, saneamento e resíduos sólidos em dois períodos, durante o ano de 2020, assim como a aceleração dos pagamentos a todos os credores da Câmara constituíram também uma importante medida de apoio aos empresários, para além de muitas outras ações elogiadas na Assembleia Municipal que seria fastidioso aqui enumerar, bastando apenas referir que cumprimos a nossa missão ontem como hoje no combate e prevenção de tão inesperada fragilidade da saúde pública.*

*Nas várias fases mais intensas de contaminação a Câmara cumpriu a sua obrigação! Reforçámos o fundo de emergência social e chegámos a mais famílias na resolução de problemas de solvência de necessidades de primeira ordem. Reforçámos apoios a IPSS com verbas não consumidas em atividades canceladas por via da COVID 19 (são exemplos dessa ação os apoios à Santa Casa da Misericórdia, à Afacidase e à Associação de Melhoramentos de Vale de Amoreira). Em 2020 entregámos mais de meio milhão de euros às instituições e cidadãos de Manteigas.*

*Colocámos no mercado da construção civil obras com vista ao reforço da economia local e manutenção do emprego na área da construção civil.*

*Desencadeámos em tempo útil uma campanha de marketing territorial que projetou o município de Manteigas como alternativa ao turismo massificado do litoral com resultados positivos bem conhecidos de todos durante a época de verão...*

*Lançámos a plataforma de vendas on-line Marketplace "Vale de Compras" como alternativa às vendas presenciais.*

*Apesar de todas as contrariedades que a pandemia nos trouxe, em tudo o resto onde a Câmara tem responsabilidades, o Executivo cumpriu a sua missão de servir a comunidade naquilo que são as suas competências.*

*Para além dos serviços prestados no dia-a-dia à população e da vasta lista de atividades que se segue, destacamos as intervenções na área da habitação com reforço da qualidade da habitação social com a implementação da eficiência do Bairro do Alardo, (Obra em conclusão) conferindo mais conforto e poupança aos moradores;*

*Na área do desporto, destacamos a requalificação do Pavilhão Desportivo Municipal e a adjudicação da ampliação do centro Cyclin'Portugal para sede do BTT de Manteigas;*

*Na área da educação, requalificámos a escola básica do Primeiro Ciclo e Jardim de Infância; o desenvolvimento de todo o processo de regularização da Escola Profissional de Hotelaria de Manteigas bem como a reativação do protocolo com São Tomé para a acrescimento de alunos;*



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

*Na requalificação urbana destacamos o alargamento da curva e miradouro das Lages, os arranjos urbanísticos do Tinte, o murete do Valzedo, a elaboração e lançamento da obra de requalificação da zona envolvente da Fonte Santa e ainda a renovação do edifício da antiga Escola de Vale de Amoreira;*

*Valorizando os recursos naturais, promovemos todo o processo do Caderno de Encargos e Programa de Concurso para a concessão de exploração da água da Fonte Paulo Luís Martins que a Assembleia Municipal aprovou em Dezembro de 2020 e se encontra hoje publicado em Diário da República;*

*Em 2020 Manteigas foi agraciada com o galardão Município ECOXXI pela nossa qualidade ambiental e esforço na implementação de medidas ambientalmente positivas;*

*Melhorámos a rede de saneamento de Sameiro com obras de separação redes de drenagem;*

*Em 2020, apesar da pandemia Fomos reconhecidos como “o concelho do país com maior crescimento do consumo no verão”!*

*Na área da segurança rodoviária, procedemos à remarcação da sinalética e à implementação de sistemas de redução de velocidade;*

*Na área financeira destacamos a significativa redução da dívida na ordem dos dois milhões de euros desde o início do mandato, culminado em 2020 com quase o triplo das disponibilidades representando uma melhoria significativa da situação financeira do município a curto e médio prazo, o que permite fazer face a projetos cujas candidaturas estão já apresentadas e esperam aprovação como por exemplo os passeios do Zêzere, a pavimentação da estrada do Covão da Ponte ou a requalificação da antiga Casa do Povo...;*

*Reduzimos ainda mais o prazo de pagamento a empreiteiros e fornecedores em relação aos últimos anos.*

*Relativamente ao ano de 2020 a Execução orçamental da despesa situou-se em valores aproximados de 5,5 milhões de euros apresentado uma redução de 1,5 milhões visto que em 2019 se recorreu à contratação de um empréstimo de substituição da dívida de médio e longo prazo. A execução orçamental da receita atingiu aproximadamente 6,5 milhões de euros.*

*Quanto aos rácios de investimento atingimos um valor de 333 euros por habitante, o que significa um acréscimo de cerca de 30% em relação à média dos quatro anos anteriores.*

*Os prazos de análise e aprovação de projetos são hoje insignificantes desde que os promotores cumpram coma entrega de todos os elementos processuais.*

*Em 2020 a Câmara não fez tudo, mais faria se todas as candidaturas apresentadas já tivessem sido aprovadas o que não aconteceu...*



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

*Conseguimos isso sim em 2020, todos, Câmara e operadores económicos, Coletividades e municípios em geral, fazer com que Manteigas fosse considerado como “o melhor município para viver em Portugal.”*

(Fim de citação) -----

----- A Senhora Vereadora Célia Maria Ramos Morais, no uso da palavra, fez alusão à explanação do Senhor Presidente, que referiu que não se realizaram atividades tendo em conta a situação pandémica em 2020. Atendendo a esta afirmação e após analisar as contas, verificou que nas transferências e subsídios concedidos foi paga uma despesa ao Centro Cultural e Desportivo dos Trabalhadores da Câmara Municipal de Manteigas (CCD), no valor de vinte e oito mil euros (28.000,00€); bem como foi pago o valor de quatro mil quatrocentos e cinquenta (4.450,00€) ao Grupo Coral de Manteigas. Interpelou qual a razão de o Município ter pago estes valores a estas duas entidades, se em 2020 o CCD já não realizou a corrida das Penhas Douradas e se o Grupo Coral não desenvolveu atividades. Sublinhou que os grupos supracitados não pagam rendas, não têm encargos com luz, nem com água, logo considera ser muito o dinheiro que foi transferido para estas entidades. -----

----- O Senhor Presidente esclareceu que relativamente à transferência de verbas para o CCD, certamente, que as mesmas dizem respeito a serviços prestados de apoio a atividades realizadas pela Câmara Municipal, algumas delas até coordenadas pela Senhora Vereadora Célia Morais durante o ano de 2020. -----

----- A Senhora Vereadora Célia Maria Ramos Morais assegurou que tal não é verdade, sendo que não lhe deve ser imputado algo que não era da sua responsabilidade. Referiu que, inclusivamente, tinha enviado um *e-mail* a solicitar uma listagem de todas as atividades do CCD. Declarou que em 2020 não deu autorização para a realização de qualquer transferência, nem de qualquer pagamento. -----

----- O Senhor Presidente recordou, a título de exemplo, que a corrida das Penhas Douradas foi realizada no ano de 2020 e, inclusivamente, a Senhora Vereadora Célia Morais esteve a entregar os prémios aos atletas, junto ao edifício da Câmara Municipal, tendo mostrado uma fotografia que comprova o explanado. -----

Por outro lado, há também um protocolo celebrado com essa entidade, de pagamento mensal, e que foi aprovado pela Câmara. No que diz respeito ao Grupo Coral de Manteigas, esse subsídio passou por uma Comissão de análise, da qual a Senhora Vereadora Célia Morais fazia parte, tendo o Órgão Executivo aprovado esse subsídio com base no parecer da referida Comissão. ---

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia solicitou a palavra, disse que ia começar a sua explanação por uma afirmação que embora sendo verdadeira, no sentido de que



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

a execução está acima daquilo que teria acontecido nos últimos anos, contudo não se pode esquecer que houve uma revisão orçamental, pois o nível de execução era muito baixo. -----

Face ao exposto, declarou isto não é o resultado do Plano de Atividades, apresentado em 2019 para 2020, mas sim a concretização de um orçamento revisto em 2020. É verdade que a execução foi acima do costume, mas porque a revisão orçamental pedida pelo Presidente da Câmara a isso levou. -----

As dívidas à banca, designadamente os empréstimos de médio e longo prazo, tiveram uma situação excecional durante este mandato, com taxas de juro abaixo de zero. O que significa que o nosso endividamento, obrigatoriamente, teria de ser reduzido e, inclusivamente, poderia ter-se criado uma almofada financeira para determinados projetos que estavam em trânsito, a aguardar a aprovação de candidaturas. Recordou que, em tempos, tinha sugerido que se realizasse um empréstimo bancário para esse fim, na medida em que não custaria nada à própria Câmara Municipal. -----

Sublinhou que seria um bom item de gestão se o Senhor Presidente tivesse utilizado esse propósito e só se gastaria o dinheiro, se efetivamente fosse por diante a execução de qualquer obra ou projeto. Ou seja, se houvesse necessidade de suprir qualquer processo que tivesse que avançar obrigatoriamente, tal como se veio a verificar com a Casa do Povo, que é um projeto para 2021, bem como todos os outros projetos que o Senhor Presidente referiu na sua explanação e com os quais o Executivo concordou. -----

Ressalvou que é um protótipo de boa gestão não ir além das nossas capacidades, mas também é de boa gestão aproveitar todas as condicionantes positivas, no sentido de dar margem de intervenção qualificada à própria Câmara Municipal. -----

Reiterou aquilo que já foi dito ao longo da apreciação dos Planos de Atividades e das Revisões Orçamentais. Recordou que em 2017, na apresentação do Plano de Atividades para 2018, a posição dos Vereadores do PSD foi de que não havia projetos novos, relativamente ao que já vinha do mandato do PSD. Embora houvesse uma obrigação ética e política, no sentido de dar guarida a projetos que o PS tinha apresentado na campanha eleitoral, nenhum deles estava refletido nesse Plano de Atividades. -----

No final de 2018, pôde-se concluir que nem esses projetos tiveram execução, bem como os de 2018 para 2019 também não tiveram execução, tal com os de 2019 para 2020, sendo que os projetos de 2020 para 2021 ficaram muito aquém. -----

Sem dúvida que o país foi afetado pela pandemia originada pelo COVID-19, que em Manteigas teve proporções relativamente ligeiras, contudo a situação pandémica não impediu que os privados continuassem a investir, a apresentar projetos, tal como se pode verificar nas inúmeras reuniões de Câmara onde, sucessivamente, os mesmos foram sendo apresentados. Face ao



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

exposto, pode-se concluir que a grande massa de trabalhadores e de dinheiro relativamente à execução de projetos nunca parou.-----

Diferentemente aconteceu com a Câmara Municipal, que atrasou os processos. De todos os projetos que estavam no Plano Plurianual de Investimentos, que foi apresentado para o ano de 2018, 2019, 2020 e 2021, não tiveram a mínima execução, em conformidade com aquilo que era legítimo e esperado. -----

O quadro comunitário de 2014-2020 só começou a executar-se em 2017, ano em que se começou a ter as primeiras aprovações, sendo que nesse ano já se tinha feito a parametrização dos projetos que a Câmara podia fazer avançar. Ainda assim, tais projetos não avançaram em 2018, em 2019 e em 2020. -----

Reiterou que está a ser dada demasiada ênfase à COVID-19, naquilo que é a execução material na Câmara Municipal. Os serviços estão de parabéns porque fizeram o acompanhamento social, com alguma intervenção económica de menor monta. Contudo, o desenvolvimento de Manteigas significa investimento qualificado e dirigido para aquilo que são os grandes objetivos. -----

Em 2020 foi benéfico para o concelho, na medida em já havia um conjunto de condições criadas anteriormente, no que concerne à capacidade hoteleira do concelho, acrescida pela imprensa nacional, que dirigiu para o Interior o apelo de que eramos menos molestados pelo vírus SarsCov-2, como tal as pessoas podiam usufruir do bem-estar do Interior, fora das grandes massas. -----

Sublinhou que aquilo que os Senhores Vereadores do PSD consideraram ser pouco no Plano de Atividades apresentado em 2017 para 2018, revelou-se muito por falta de execução em 2018, 2019 e 2020. Basta fazer comparação entre o Plano Plurianual de Investimentos que foi apresentado em 2018, 2019, 2020 e 2021, para se verificar que ficou muito aquém daquilo que eram os compromissos, já com alguma formalização processual e que não tiveram andamento. -

Concordou que a situação pandémica foi má, todos viveram tempos de sobressalto, contudo não se deve sobrevalorizá-la a pontos de justificar a insuficiência da execução. -----

No que concerne às Contas houve uma reformulação da apresentação, foi pedida a justificação para o excedente dos setecentos mil euros (700.000,00€) e está perfeitamente justificado; é bom que se comece a fazer a cativação dos bens imóveis. Em suma, quanto às contas nada tinha a apontar. -----

No que diz respeito ao relatório de atividades e Conta de Gerência, aludiu que pelos fundamentos já explanados, não pode dar o seu parecer favorável. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso, no uso da palavra, explanou que estamos sensivelmente a quatro meses de terminar o mandato, logo estamos quase a fazer a uma avaliação do que foi este mandato. Aludiu que não ia dizer o mesmo que disse em 2019 e



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

2020, porque o discurso é igual, tendo citado o Senhor Presidente na apresentação do Plano de Atividades para 2020, onde se lê: *“um Orçamento fortemente vincado pela repetição de propostas”*. Ora as propostas saltaram para 2020, porque não se executaram nem em 2018, nem em 2019, e se se atentar no PPI de 2021, pode-se verificar que em maio a execução é de 8%. -----

Naturalmente que o segundo semestre deste ano tem de ser muitíssimo melhor, uma vez que aquilo que se executou até agora é praticamente nada. Ações do PPI que estavam a zero em 2018, 2019 e 2020 mantêm-se a zero em 2021 (quase ao meio do ano). -----

Salientou que se o Senhor Presidente tivesse tido uma estratégia completamente diferente, podia verificar que com o saldo das operações orçamentais do Município poderia ter executado investimentos materiais sempre superiores a sete milhões de euros (7.000.000,00€), sendo que falava de candidaturas financiadas a 85%, quando até já se fala de candidaturas a 100%. -----

Se se somar ao saldo das operações orçamentais os créditos que o Município tem a receber, de despesa que já efetuou de fundos comunitários, em vez de sete milhões de euros (7.000.000,00€) de investimento, podemos chegar facilmente a dez milhões de euros (10.000.000,00€) de investimento. -----

Neste momento, a folga creditícia é tão grande e os encargos são tão poucos, que facilmente se chegava ao quinze milhões de euros (15.000.000,00€) de investimento, quando aquilo que é apresentado ronda um milhão de euros (1.000.000,00€), com os projetos que a Câmara aprovou há quatro ou cinco dias. Considerou que foi uma oportunidade perdida, falhada. -----

Do seu ponto de vista, os resultados líquidos positivos são sintoma de Municípios moribundos, porque as Câmaras não são empresas, não têm de gerar nas contas resultados líquidos positivos. Os munícipes é que precisam de resultados líquidos positivos. -----

Declarou que desvaloriza completamente a redução dos setecentos mil euros (700.000,00€) do resultado líquido. É bom sinal se o resultado líquido for negativo, porque se houve uma gestão criteriosa isso resultou em benefício dos munícipes. -----

----- A Senhora Vereadora Irene Paixão dos Santos Leitão tomou a palavra, disse ter ficado muito consternada, porque só no dia anterior, às 11h45, é que lhe chegaram os documentos em apreciação nesta reunião. Anuiu, ser um facto que recebeu no seu *e-mail*, na sexta-feira anterior, às 17h45, a informação de que os documentos estavam disponibilizados na plataforma, contudo não ia imprimir tais documentos, até porque já não estava em local que lhe permitisse fazê-lo. --

Deu nota que irá apresentar uma declaração de voto, pois não pode votar nenhuma das deliberações que nesta reunião são presentes ao Órgão Executivo. -----

Declarou que não duvida das Contas que são presentes, contudo, pelos motivos já avocados, não teve oportunidade de fazer a respetiva análise crítica. -----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

----- Analisados os documentos foi deliberado:

Por maioria, não aprovar, os referidos documentos que, para os devidos efeitos legais, se consideram por integralmente reproduzidos e ficarão arquivados na pasta anexa a esta ata, depois de assinados e rubricados pelos membros do Executivo. -----

A votação assumiu a seguinte forma: três votos contra, proferidos pela Senhora Vereadora Célia Maria Ramos Morais e pelos Senhores Vereadores José Manuel Saraiva Cardoso e José Manuel Custódia Biscaia e a abstenção da Senhora Vereadora Irene Paixão dos Santos Leitão, tendo o Senhor Presidente da Câmara Municipal votado favoravelmente. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos. -----

----- A Senhora Vereadora Célia Maria Ramos Morais apresentou uma declaração de voto que em seguida se reproduz:

*“Em outubro de 2019, em reunião de Câmara o Presidente, apresentou as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2020. Fez uma breve apresentação do documento, começando por referir que o Orçamento de 2020, financeiramente, não tinha grandes alterações pelo mesmo motivo de “há alguns anos a esta parte”, uma vez que o Município de Manteigas, sendo de pequena dimensão, não tinha os mesmos impostos que os Municípios de grande dimensão, sendo o orçamento provido, principalmente pelas transferências do Estado e de Fundos Comunitários.*

*Já em 2019, nesta breve apresentação, o Presidente, assumiu a repetição de propostas, já anteriormente apresentadas, e dava como exemplo o Parque Botânico e Ambiental da Fábrica do Rio, o Passadiço do Zêzere, as Áreas de Reabilitação Urbana de Sameiro e de Vale de Amoreira, a Unidade Operativa de Planeamento e Gestão da Relva da Reboleira.*

*Contudo referiu novos projetos, como por exemplo o Diagnóstico da Habitação com vista à candidatura da segunda fase do Programa 1. Direito. Um projeto muito interessante e de grande relevância para o Concelho de Manteigas.*

*Chegado o momento da Prestação de Contas, e analisando em pormenor o Mapa de Execução Anual do Plano Plurianual de Investimentos, verifica-se, que mais uma vez, nos próximos anos vamos continuar a ter a repetição de propostas, porque as propostas apresentadas em 2019, que já eram repetentes, continuam com uma execução de 0%.*

*O não cumprimento do Orçamento Participativo é uma vergonha, para um Município de pequena dimensão como Manteigas, os projetos arrastam-se desde 2017, e não existe uma explicação plausível para a não concretização, eu posso entender que só pode ser política. Pois o Programa de Candidatura com o leme “Dedicação a Manteigas”, grandioso na apresentação de propostas, só foi grandioso no papel, porque passado este tempo as promessas não passaram mesmo do papel.*

*E se continuarmos a analisar o documento, verificamos a quantidade de ações que ficam a 0%. Eu sabia que o Orçamento e Plano de atividades para 2020, era bastante ambicioso, o que eu não sabia é que o trabalho do Presidente, seria mais do mesmo, e por isso naquela reunião, onde apresentou as GOP para 2020, disse que financeiramente não tinha grandes alterações pelo mesmo motivo de “há alguns anos a esta parte”.*

*Pois só é mais do mesmo, quando não se tem estratégia e quando não se tem liderança. Só assim se entende, a não concretização de ações, que já vem de 2016, a isto chama-se falta de lealdade para com os munícipes, que votaram na mudança, mais, gere-se uma Autarquia como se fosse um barco à deriva, dizemos, mas não fazemos, criticamos o passado, mas fazemos pior.*



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

*Afinal o caminho certo tornou-se incerto. Muita vontade, mas pouco trabalho realizado. É desmotivante ler o documento que hoje é colocado a votação, porque as propostas seguem de uns anos para os outros e sem resposta. Isto só mostra a falta de capacidade na gestão autárquica e no cumprimento do trabalho de um Presidente.*

*Por isso voto contra o documento apresentado da Prestação de Contas do Ano de 2020.*

*Disse*

*Manteigas, 16 de junho de 2021*

*A Vereadora Independente*

*Célia Moraes”*

----- O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso, no uso da palavra, leu uma declaração de voto que em seguida se transcreve:

*“Dizia-se, com toda a propriedade, na Introdução do Plano de Atividades e Orçamento para 2020, que era mais um ano “fortemente vincado pela repetição de propostas”. O Plano de Atividades para 2021 renovou a falta de ambição do Presidente da Câmara, a insistir na mesma tecla, apresentando para os últimos quatro meses de mandato projetos que eram expectáveis no final de 2017.*

*As duas conclusões mais evidentes é que os planos de atividades e os orçamentos municipais, na receita, como na despesa, não são para levar a sério, pelas evidências de incumprimentos reiterados ao longo de quatro anos, e foram um logro, porque deliberadamente omitiram quase uma centena de ações relevantes do compromisso apresentado ao eleitorado em 2017, como se demonstrará.*

*Do lado da receita, designadamente na participação comunitária de projetos cofinanciados, em 2018 obtiveram-se 195 mil euros de 1.100 M previstos; em 2019 previam-se 1.306M e quanto se recebeu? ZERO!; não se tendo aprendido absolutamente nada com as desastrosas experiências dos anos anteriores, nem com os nossos alertas insistentemente propalados, estavam previstos 1.225M, mas só se receberam 223 mil euros em 2020. No cômputo dos três anos, a execução foi de 11,5%, o que transforma os orçamentos municipais numa farsa.*

*Do lado da despesa corrente, nem num ano de pandemia em que foram canceladas duas dezenas de eventos geradores de despesa, se conseguiu baixar o que se gasta: mais de dois terços do orçamento são consumidos não se sabe bem onde, sobrando uma pequena fatia de um terço para despesas de investimento, reconhecidamente muito pouco. Entre 2018 e 2020, só as despesas com pessoal aumentaram cerca de 108m euros e a tendência futura é de forte agravamento.*

*Da miséria de um terço que representam as despesas de capital, nos últimos três anos executaram-se entre 42% a 70% das verbas inicialmente previstas no orçamento, o que confirma a absoluta falta de rigor na elaboração do orçamento, defraudando-se as legítimas expectativas de desenvolvimento do Concelho.*

*Nos três anos de mandato já concluídos, só uma dezena de ações ultrapassa os 50 mil euros, à média de três a quatro por ano. Em 2020, tivemos a recuperação da Escola Primária em Vale de Amoreira e a reabilitação do Bairro Social do Alardo com 104m euros, arruamentos diversos 255m euros e o Centro de Energia Viva de Montanha com cerca de 357m euros. Estas quatro ações representam, ainda assim, 71% do total do orçamento, o que significa que pouco mais se fez, designadamente nas áreas de planeamento e urbanismo, com vários planos na estaca zero.*



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

*A avaliar pela execução do PPI até final de Maio, com execução de 8%, de novo, pelo quarto ano consecutivo, muito longe do 1.708M previsto em orçamento.*

*Só em 2020, saliente-se, no terceiro ano de mandato, são cerca de três dezenas as ações do Plano Plurianual de Investimentos com execução Zero. Bastaria um pouco de zelo e de eficiência para que tal não acontecesse reiteradamente, evitando-se a acentuada degradação do ativo líquido e do património líquido, com decréscimos de cerca de 14%.*

*O desleixo está instalado na cúpula da Câmara Municipal e ao contrário do que se possa argumentar, a conjuntura financeira, como o demonstram o saldo das operações orçamentais, a baixa prolongada das taxas de juro (com a taxa de referência negativa em meio ponto), os baixos encargos com a dívida, a reduzida dependência dos empréstimos de MLP, propiciou um momento único de acréscimo significativo do investimento municipal, que poderia ter evitado a inscrição de mais 50 desempregados do Concelho desde o final de 2019 até abril de 2021.*

*O Plano de Execução do PDM, para dez anos, não teve qualquer evolução de realce, o Plano Estratégico de Comunicação continua na gaveta, a conservação e manutenção de edifícios municipais não acontece (a Escola de Hotelaria é um péssimo exemplo), a famosa máquina de rasto continua por comprar, acentuam-se as ruínas do parque habitacional com o desinvestimento dos programas municipais, os projetos mais emblemáticos, como a requalificação da Praça da Vila, não atingiram sequer a fase de projeto, a fatia para ações económicas fica abaixo dos 300m euros.*

*À semelhança dos anos anteriores não foram presentes os pareceres regulamentares e obrigatórios do Conselho da Juventude e do Conselho Empresarial.*

*Não sendo um facto novo, constata-se um incumprimento quase generalizado nas convocatórias dos Conselhos Municipais, designadamente do Conselho Empresarial, da Juventude, da Educação, da Ação Social, o que demonstra que a Câmara Municipal vive de costas viradas para a comunidade local e dispensa o valioso contributo da sociedade civil.*

*Apesar de solicitados por correio eletrónico, não foram fornecidos os mapas de dívidas do Município e ao Município.*

*Este mandato fica indelevelmente marcado pelo fecho da Fábrica de Águas e o anúncio de um concurso, com múltiplas irregularidades, fortemente penalizador dos interesses municipais, a rescisão unilateral do Contrato do Ski Parque por um único voto, o voto de qualidade do Presidente da Câmara, a deslocalização para Belmonte de uma das empresas de Manteigas com maior volume de negócios, a indefinição sobre a futura Sede do Geo Park Estrela, os lamentáveis conflitos institucionais, as suspeições e denúncias públicas sobre irregularidades administrativas e/ou financeiras, a falta de faturação de rendas das concessões, a dispensa aleatória de cauções por boa execução de serviços, o acinte, o autoritarismo e a falta de diálogo de alguém que não representa mais que 27% dos recenseados.*

*Votamos contra os documentos da Prestação de Contas de 2020, por serem altamente penalizadores dos interesses do Concelho e do Município.*

*Manteigas, 16 de junho de 2021*

**Os Vereadores do PSD**

*José Manuel Custódia Biscaia  
José Manuel Saraiva Cardoso*



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

**Aprovação por declaração, da alteração por adaptação do Plano Diretor Municipal (PDM) de Manteigas, para transposição das normas do Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra da Estrela, e transmissão à Assembleia Municipal e à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC), seguida de publicação em Diário da República.** -----

----- Foi presente, para deliberação, para deliberação, a Alteração por Adaptação do Plano Diretor Municipal (PDM) de Manteigas, para transposição das normas do Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra da Estrela (POPNSE). -----

----- Submetido a votação, a Câmara Municipal deliberou, por maioria com a abstenção da Senhora Vereadora Irene Paixão dos Santos Leitão, o seguinte:

I. Aprovar por declaração, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 121.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio (RJIGT), a Alteração por Adaptação do Plano Diretor Municipal (PDM), para transposição das normas do Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra da Estrela, incidindo essa alteração no Regulamento do PDM e no desdobramento da Planta de Ordenamento do PDM de modo a integrar uma nova carta, nomeadamente a “Planta de Ordenamento – Zonamento do Parque Natural da Serra da Estrela”; -----

II. Transmitir, de acordo com o n.º 4 do artigo 121.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio (RJIGT), a referida declaração à Assembleia Municipal e, posteriormente, à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC), acompanhada da respetiva minuta de deliberação da Câmara Municipal e dos respetivos anexos, e remeter a declaração para publicação e depósito, acompanhada da proposta e dos comprovativos da sua transmissão à Assembleia Municipal e à CCDRC. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos. -----

**Deliberação sobre a hasta pública para adjudicação do arrendamento de três espaços destinados a garagem, sítos no Bairro do Outeiro, freguesia de Santa Maria, Concelho de Manteigas.** -----

----- Foi presente, para deliberação, a hasta pública para adjudicação do arrendamento de três espaços destinados a garagem, sítos no Bairro do Outeiro, freguesia de Santa Maria, Concelho de Manteigas. -----

----- Submetido a votação, a Câmara Municipal deliberou, por maioria, com a abstenção da Senhora Vereadora Irene Paixão dos Santos Leitão, aprovar o edital relativo à hasta pública para adjudicação do arrendamento de três espaços destinados a garagem, sítos no Bairro do Outeiro, freguesia de Santa Maria, Concelho de Manteigas. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos. -----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

### **Deliberação sobre a comissão referente à hasta pública para adjudicação do arrendamento de três espaços destinados a garagem, sítos no Bairro do Outeiro, freguesia de Santa Maria, Concelho de Manteigas. -----**

----- Foi presente, para deliberação, a composição da comissão referente à hasta pública para adjudicação do arrendamento de três espaços destinados a garagem, sítos no Bairro do Outeiro, freguesia de Santa Maria, Concelho de Manteigas. -----

----- Submetido a votação, a Câmara Municipal deliberou, por maioria, com a abstenção da Senhora Vereadora Irene Paixão dos Santos Leitão, aprovar a comissão referente à hasta pública para adjudicação do arrendamento de três espaços destinados a garagem, sítos no Bairro do Outeiro, freguesia de Santa Maria, Concelho de Manteigas. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos. -----

### **Deliberação sobre o convite formulado pelo da Câmara Municipal da Covilhã: candidatura da Covilhã a Cidade Criativa na área do Design. -----**

----- Foi presente, para deliberação, o convite formulado pela Câmara Municipal da Covilhã: candidatura da Covilhã a Cidade Criativa na área do Design, que o Município da Covilhã pretende apresentar em 2021 à Rede de Cidades Criativas da Unesco. -----

----- Submetido a votação, a Câmara Municipal deliberou, por maioria, com a abstenção da Senhora Vereadora Irene Paixão dos Santos Leitão, integrar na qualidade de parceiro, a candidatura da Covilhã a Cidade Criativa na área do Design que o Município da Covilhã pretende apresentar em 2021 à Rede de Cidades Criativas da Unesco. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos. -----

### **Deliberação sobre a alteração e ampliação de habitação unifamiliar – Joaquim Sabugueiro Cruto, Rua Padre Zacarias Lucas Coelho – Sameiro. -----**

----- Foi presente, para deliberação, a informação com o registo nº 1806/2021, datada de 27-05-2021, referente à alteração e ampliação de habitação unifamiliar – Joaquim Sabugueiro Cruto, Rua Padre Zacarias Lucas Coelho – Sameiro. -----

----- Submetido a votação, a Câmara Municipal deliberou, por maioria, com a abstenção da Senhora Vereadora Irene Paixão dos Santos Leitão, aprovar o projeto de arquitetura, de acordo com o proposto na informação técnica. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos. -----

### **Deliberação sobre a construção de piscina associada a edificação principal – Armandino André Branco Lopes, Rua Dr. Constantino Freitas – Manteigas (Santa Maria). -----**

----- Foi presente, para deliberação, a informação com o registo nº 1810/2021, datada de 27-05-2021, referente à construção de piscina associada a edificação principal – Armandino André Branco Lopes, Rua Dr. Constantino Freitas – Manteigas (Santa Maria). -----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

----- Submetido a votação, a Câmara Municipal deliberou, por maioria, com a abstenção da Senhora Vereadora Irene Paixão dos Santos Leitão, licenciar a obra, de acordo com o proposto na informação técnica. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos. -----

**Aprovação em minuta das deliberações, nos termos do disposto no nº 3, do artigo 57º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.** -----

----- Submetido a votação, a Câmara Municipal deliberou, por maioria, com a abstenção da Senhora Vereadora Irene Paixão dos Santos Leitão, aprovar em minuta as deliberações dos pontos 4.1 ao 4.7 nos termos do disposto no nº 3, do artigo 57º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- A Senhora Vereadora Irene Paixão dos Santos Leitão fez uso da palavra, apresentou uma declaração de voto, que leu e que em seguida se transcreve:

*“Abstive-me de votar todos os pontos incluídos na ordem de trabalhos, porquanto a mesma, bem como os documentos que a suportam, devem ser entregues «...com a antecedência mínima de dois dias úteis sobre a data do início da sessão ou reunião...».*

*A ordem de trabalhos e os documentos, foram-me entregues às 11h45m do dia 15/06/2021, pouco mais que 24h antes da reunião. Não fosse a natureza dos documentos que instruem os pontos 4.1 e 4.2 da mesma, provavelmente as escassas horas que medeiam o recebimento dos documentos e a reunião, (sendo certo que coincidem com o período laboral) seriam suficientes para proceder ao seu estudo; contudo, são 336 os documentos que acompanham a prestação de contas referentes ao ano de 2020, e uma proposta de alteração do PDM (que considero importantíssima) com 35 páginas, anexos e mapas, salientando ainda que os documentos de prestação de contas são de elevada tecnicidade, exigindo a sua análise por parte de um leigo o dobro do tempo.*

*É certo, que foi recepcionado no meu correio eletrónico, às 17h41m do dia 11/06/2021, (doc. junto) a informação de que tinham sido «remetidos», os documentos de apoio à reunião, e efetivamente foram. Contudo, tais documentos não foram entregues em suporte físico, como a Lei determina; a ser suficiente o envio electrónico dos documentos, porque enviá-los em suporte de papel posteriormente? Como se analisam documentos de prestação de contas num ecrã?*

*A par da minha abstenção fica também o meu protesto, face à negligência com que matérias tão relevantes para o concelho de Manteigas são tratadas.*

A Vereadora  
Irene Leitão”

**Conhecimento do auto de adjudicação definitiva da hasta pública para alienação de cinco veículos, propriedade do Município, existentes nos armazéns municipais.** -----

----- A Câmara tomou conhecimento do assunto mencionado em epígrafe. -----

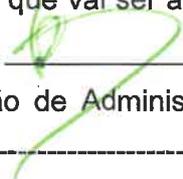
**Finanças Municipais.** -----

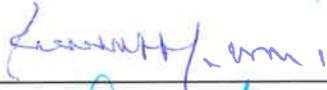
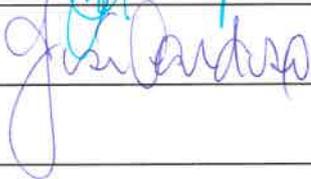
----- Foi presente o Balancete de Tesouraria, respeitante ao dia de ontem, que acusa um saldo em dinheiro no montante de um milhão, trezentos e setenta e sete mil, duzentos e cinquenta e cinco euros e treze cêntimos (1.377.255,13€). -----

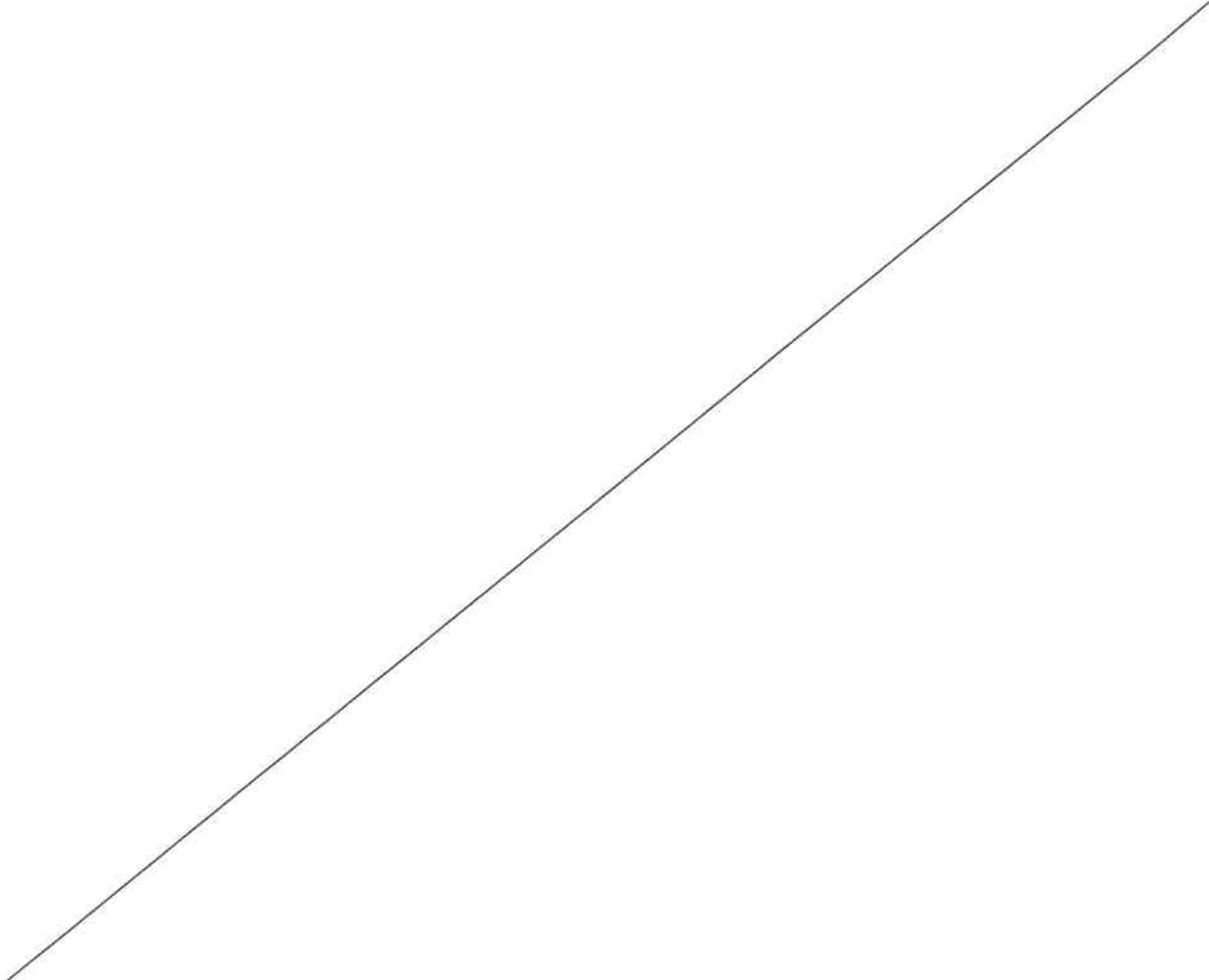


## CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

----- E nada mais havendo a tratar, sendo cerca das dezassete horas e dez minutos foi pelo Senhor Presidente declarada encerrada a presente reunião. -----

----- Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelo Senhor Presidente e pelos Senhores Vereadores presentes e por mim  \_\_\_\_\_  
Maria Gabriela da Palma Gomes Cravinho, Chefe da Divisão de Administração Geral, que a redigi.-----

  
\_\_\_\_\_  
  
\_\_\_\_\_  
  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_





**CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS**

